Coletividade, cultura e cidadania: Novos cidadãos para novas cidades

José Oliveira Junior[1]

Investir nas pessoas

Ao iniciar este artigo, voltado a contribuir com a reflexão e implantação de compromissos compartilhados de políticas públicas para a cultura, acredito ser importante e significativo partir do seguinte ponto: Valorizar as pessoas, suas realidades e suas comunidades, numa perspectiva de desenvolvimento do indivíduo com todas as suas capacidades voltadas para o coletivo. Não proponho partir da discussão sobre o sistema enquanto estrutura muito menos da legislação ou da atuação dos conselhos. Do mais simples e primordial é que chegamos aos grandes pactos sociais que podem mudar o país: o ser humano que habita e faz a cidade ser o que é.

Desta forma, ao realizar ações de qualificação, de estímulo à fruição e às práticas artísticas, de solidificação dos laços de convivência através de ações culturais, estamos fortalecendo o próprio tecido social, disseminando pelos territórios, sejam geográficos que subjetivos, um senso a um só tempo de encorajamento da inovação e promoção do apreço pelas tradições de qualquer matriz referencial.

É considerar o elemento humano como o sujeito e principal operador e beneficiário da regulação no ambiente urbano, na perspectiva da Declaração das Nações Unidas sobre o direito ao desenvolvimento: *"... A pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento..."* (ONU, 1986, art. 2º).

O sistema não é somente a Lei Geral do Sistema, ou o conjunto de elementos implantados por meio de legislação, a soma dos elementos. O sistema é praticamente um ser vivente, **resultado da interação dos operadores (pessoas) com as estruturas e as operações**.

[1] Escritor, Comunicador, especialista em novas tecnologias em comunicação; diretor não remunerado de apoio ao trabalhador associado do SATED Minas; Supervisor de pesquisa do Observatório da Diversidade Cultural; Coordenador de projetos da Gerência de Ações Culturais do Sesc Minas; Consultor UNESCO para a implantação do Sistema Nacional de Cultura em Minas Gerais em 2012.

É, então, o sistema resultado de um conjunto organizado de estruturas, operações e operadores. No caso dos sistemas de cultura nas três esferas os operadores são tão múltiplos que é necessário o ajuste contínuo, vez que as perspectivas destes operadores modificam-se continuamente.

O principal elemento de "atrito" para o funcionamento de qualquer sistema é exatamente o sistema de consciência. Ele impõe a necessidade de ouvir as tendências, as mudanças de interesse e de prioridades dos agrupamentos humanos. Por este motivo os planos não podem ser rígidos e fixos, sob pena de não receberem adesão e compromisso da sociedade.

O investimento no desenvolvimento integral do ser humano, valorizando e fortalecendo vínculos locais, influencia diretamente na composição do capital social. KLIKSBERG aponta como é fundamental que se leve em consideração um rigoroso reexame de prioridades, tanto individuais quanto governamentais, no sentido de vínculos mais sólidos entre Cultura e Desenvolvimento nas práticas cotidianas:

> ... Como assinala Lourdes Arizpe (1998), "a cultura passou a ser o último aspecto inexplorado dos esforços que se desenvolvem em nível internacional, para fomentar o desenvolvimento econômico". Enrique V. Iglesias (1997) sublinha que se abre neste reexame das relações entre cultura e desenvolvimento um vasto campo de grande potencial. Ressalta: "há múltiplos aspectos na cultura de cada povo que podem favorecer seu desenvolvimento econômico e social; é preciso descobri-los, potencializá-los, e apoiar-se neles, e fazer isto com seriedade significa rever a agenda do desenvolvimento de um modo que resulte, posteriormente, mais eficaz, porque tomará em conta potencialidades da realidade que são de sua essência e que, até agora, foram geralmente ignoradas (p.107).[2]

Por natureza, o ser humano é gregário, procura encontrar-se, associar-se, reunir-se. Uns mais, outros menos de acordo com as características pessoais de cada um, sinal também da diversidade de modos de ser, existir, sentir e conceber o mundo e as relações.

Atualmente temos variados meios de comunicar, registrar e intercambiar e muita informação disponível. Mas nem a disponibilidade de meios ou de informação conseguem substituir o fato que as relações são acionadas indivíduo por indivíduo.

---

[2] KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social. Brasília: UNESCO, 2001.

Novos cidadãos para novas cidades

Algo fundamental para a instauração de novos contextos é a compreensão da urgência de assumirmos em conjunto novas posturas e novos compromissos em busca do bem comum. Pensar formas de escapar do isolamento, do individualismo "avulso", que privilegia o voluntarismo e a delegação descompromissada.

É importante situar a discussão do sentido de bem comum para além do atendimento imediato dos interesses pessoais ou momentâneos ou apenas para a resolução de "problemas", vez que, desaparecido o problema, a tendência seria o desaparecimento do espaço coletivo que motivou o aparecimento da reunião ou da comissão criada. O sentido precisa ser outro.

Ao invés do quadro de "*unidos-apenas-para-resolver-problemas-que-surgiram*", o que se coloca é que precisamos avançar no sentido de construir continuamente um espaço público onde a vida possa ser melhor para todos. Não podemos mover-nos apenas à custa de problemas, mas precisamos mover-nos também com base em metas e sonhos possíveis. *Poiesis*, no sentido pleno e mais autêntico do termo como invenção, ou como DEHEINZELEN (2012) propõe:

> É preciso sonhar e semear imagens e ideias de futuros desejáveis que possam inspirar inovação e orientar escolhas, sobretudo na direção da mudança de modelos que necessitamos para o mundo melhor – e possível... a maneira como enxergamos o futuro influencia sua criação. As escolhas de hoje desenham o mundo de amanhã. Mudando as escolhas, podemos mudá-lo. (p.10)[3]

Não precisa ir longe, pensar nos "grandes eventos cívicos" de construção da coisa pública, no parlamento ou nos conselhos. Em qualquer ambiente que seja deparamo-nos o tempo todo com exemplos cotidianos de experiências limitadas de senso coletivo. O que acontece nos conselhos, comissões e espaços públicos de deliberação é apenas reflexo dessa pouca "disposição concreta para a busca do bem comum.

---

[3] DEHEINZELEN, Lala. Desejável mundo novo [livro eletrônico]: vida sustentável, diversa e criativa em 2042. São Paulo : Ed. do Autor, 2012

SILVEIRINHA (2005) ao pontuar a questão da democracia deliberativa e das dificuldades dos processos de participação, representação, deliberação e legitimidade, fala sobre os formatos difíceis de representação e a necessidade de se tomar como base princípios da "democracia deliberativa" como forma de negociação e aceitação reflexiva acerca dos assuntos que estão no debate:

> ... em geral, à tradição representativa liberal corresponde uma teoria que aceita o desejo de um espaço público, mas considera a participação do público como limitada e em grande parte indireta... a chamada 'democracia deliberativa' coloca, antes, a tônica no papel do cidadão como ator político. A ênfase é o pressuposto de que a democracia necessita de cidadãos informados e racionais, cuja influência no processo de tomada de decisão não se restringe às eleições, mas se estende à participação racional do debate político sobre questões política (p.44-45).[4]

É a participação que concretiza o direito que o cidadão tem à cidade, necessitando assim, da maior atenção por parte dos interessados em políticas públicas efetivas. Sobre isto, LUFT (2011) afirma que o direito à cidade é uma conquista que exige comprometimento do cidadão e que abre possibilidade dele atuar na configuração (e reconfiguração) da coletividade:

> O direito à cidade, por conseguinte, implica a conciliação de direitos relativos à esfera individual e coletiva das pessoas, em ter acesso a determinados bens, mas também poder manifestar sua opinião e participar na sua configuração coletiva. É neste sentido que marcha a... consagração do direito à cidade... a partir de processos políticos conflituosos e contingentes que devem assegurar a pluralidade e amplitude de participação Desenvolvimento da cidade requer, portanto, um ambiente favorável à otimização das potencialidades de vida digna de seus atores. Políticas urbanas direcionadas apenas ao desenvolvimento econômico não são suficientes. Na cidade não apenas se habita, mas também são moldadas personalidades. A cidade não pode ser tratada enquanto ajustamento inorgânico de prédios e pessoas, ela responde a toda uma lógica alavancada por relações sociais conflitantes e demanda mediações institucionais que deem conta de suas carências... [5]

Na mesma direção, ARENDT (1989) problematiza bem a questão da participação, na perspectiva da vida pública, alertando que não é a sua transformação em espaço de busca de soluções para problemas individuais ou setoriais, servindo também para pensarmos na centralidade que deve tomar a discussão sobre práticas de cidadania, participação e inclusão:

---

[4] SILVEIRINHA, Maria João. Democracia e reconhecimento: repensar o espaço público. In.: BARBALHO, Alexandre (org). Comunicação e Cultura das Minorias. São Paulo: Paulus, 2005

[5] LUFT, Rosangela Marina. Políticas Públicas Urbanas: Premissas e condições para a efetivação do direito à cidade. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p.139

> Os interesses privados, que, por sua própria natureza, são temporários, limitados pelo período natural de vida do homem, agora podem fugir para a esfera dos assuntos públicos e tomar-lhe emprestada aquela infinita duração de tempo necessária para a acumulação contínua. Isto parece criar uma sociedade muito semelhante àquela das formigas e abelhas, onde 'o bem Comum não difere do Privado; e, sendo por natureza inclinadas para o benefício privado, elas procuram consequentemente o benefício comum': Não obstante, uma vez que os homens não são nem formigas nem abelhas, tudo isto é uma ilusão. A vida pública assume o aspecto enganoso de uma soma de interesses privados, como se estes interesses pudessem criar uma nova qualidade através da mera adição.[6]

A sociedade vem dando cada dia maior importância ao pensamento individual e à posição individual de seus membros, o que é retrato do nosso tempo e para muitos significa a "libertação do indivíduo para dizer o que pensa". Porém, promovendo somente o indivíduo, pode também provocar um exasperamento das posições pessoais em detrimento de posições de interesse coletivo ou público, naturalmente.

Num tempo cada vez 'menos participativo por opção' e com menor compromisso com a coletividade (vejamos os exemplos de reuniões de condomínio esvaziadas, de associações de bairro esvaziadas, de eleições virtuais de obras de 'orçamento participativo', de sindicatos sem representados, por absoluta falta de tempo das pessoas para participar das reuniões coletivas), é bom que tenhamos sim o desejo de incentivar a participação das pessoas, mas que o façamos num contexto de "responsabilização compartilhada" e não só de "conquista de direitos". Este é um dos princípios básicos da Gestão Compartilhada.

KLIKSBERG demonstra como é possível através do exemplo da Vila El Salvador (VES), pequeno lugarejo peruano surgido de um assentamento realizado pelo governo local. O autor faz o vínculo que propomos neste artigo, ao apontar que os espaços culturais estimulavam a participação da sociedade nas assembleias de tomada de decisão:

> o esquema é totalmente descentralizado. Cada grupo residencial tem seu próprio centro, onde se instalaram locais da comunidade e espaços para esporte, atividades culturais e encontro social. Isso favorece a interação e maximiza as possibilidades de cooperação. Dá-se um modelo organizativo baseado na participação ativa... A cultura cumpriu um papel significativo na experiência desde seu início. Em 1974, Azcueta criou e levou adiante o Centro de Comunicação Popular, espaço destinado a atividades culturais extracurriculares de toda sorte. Ali surgiram primeiro Oficinas de Teatro e Música, e logo de outras áreas, desenvolvendo-se um intenso trabalho. A partir desses espaços culturais, procurava-se estimular a participação da população nas assembléias de tomada de decisões e as atividades da comuna. O teatro de VES produziu, ao longo

[6] ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p.175

> dos anos, peças que o levaram aos cenários metropolitanos e nacionais. A atividade cultural fez parte da vida cotidiana da população.[7]

É exatamente isto. Não há outro caminho senão o de promover a cultura e a arte componentes primordiais da vida de qualquer cidadão e, a partir do ambiente favorável propiciado por este movimento, desenvolver uma cultura do compromisso com o coletivo como algo essencialmente "seu" também.

Conclusão

Temos muitos desafios para os próximos anos em termos de políticas para a Cultura, mas creio ser importante frisar alguns deles para reforçar o que tratamos ao longo do artigo, como contribuição ao momento do país. São eles:

- Ampliar a participação para o conjunto da sociedade.
- Contribuir com as políticas de cultura para o desenvolvimento urbano.
- Implantar sistemas de financiamento à Cultura que funcionem para diversificados grupos e que fomentem práticas diversas.
- Qualificar as informações na cultura, de modo a subsidiar planejamentos de médio e longo prazo.
- Estimular a profissionalização no meio artístico e as práticas amadoras no conjunto da sociedade.
- Implantar os planos municipais de cultura com prioridades objetivas e aplicáveis, compreensíveis e acompanháveis pela população.

[7] KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social. Brasília: UNESCO, 2001. p.128